

PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO

A introdução de Organismos Geneticamente Manipulados no Mercado Europeu decorre da orientação mercantilista da tristemente famosa Política Agrícola Comum, que se caracteriza mais por promover uma pretensa competitividade do mercado agrícola Europeu em relação ao mercado Americano do que, propriamente, com o desenvolvimento dos pequenos e médios lavradores, dos consumidores finais ou da preservação dos recursos alimentares das Nações. Basta pensar no motivo real pelo qual o Sector Agrícola foi incluído nos tratados da Organização Mundial do Comércio. João Vieira, dirigente da Confederação Nacional da Agricultura afirmou, por ocasião da X Convenção do Partido Ecologista “Os Verdes”, que a CNA não questiona os efeitos dos transgénicos na saúde humana, deixando esse assunto para os especialistas na matéria. O que questiona e reprova é a inevitabilidade de os agricultores virem a perder a faculdade de reproduzir as suas próprias sementes, um legado imemorial da raça humana. A razão é simples de entender: a concretizar-se esta medida, o continente Europeu será, literalmente, invadido por castas de cereais, geneticamente estéreis, mas que se propagam (pela polinização) às sementeiras tradicionais esterilizando-as também. Ficariam assim as sementeiras no exclusivo das multinacionais da manipulação genética e da distribuição alimentar – daí a inclusão do sector agrícola na Organização Mundial do Comércio – já que o lavrador seria sempre obrigado a comprar as sementes, e o país sujeito às contingências próprias das regras de importação das mesmas, nomeadamente ao nível de um esforço financeiro acrescido.

Conscientes de que, a concretizar-se esta medida, a já depauperada agricultura Portuguesa, a estrutura económico-financeira do país, e, neste caso, porque envolve a cultura do milho, os interesses Minhotos seriam irremediavelmente lesados, a CDU Valença apresenta para votação a seguinte Proposta de Recomendação:

Considerando que:

1. A Comissão Europeia autorizou a introdução de 17 novas variedades de milho geneticamente modificado visando a sua produção e comercialização, abdicando da aplicação do princípio da prevenção com o levantamento da moratória europeia sobre OGM's (Organismos Geneticamente Modificados).
2. O Comissário responsável pela Protecção da Saúde e dos consumidores, Sr. David Byrne, se congratulou por, no seu entendimento, ter alcançado o que os Consumidores Europeus reivindicam, ou seja, a informação necessária para poder optar, conscientemente, por adquirir ou não produtos geneticamente modificados.
3. O Princípio da Precaução continua a ser a posição assumida pelos Europeus que sempre foram e são intransigentes, quanto aos OGM's, sendo que num inquérito

feito aos consumidores (na Europa a 15), 70% afirmaram não querer consumir OGM's.

4. Por toda a Europa, Organizações de Produtores e Consumidores apelam à designação de Zona Livre de OGM's, tendo sido, em, Portugal, o Algarve o primeiro Distrito a manifestar a sua intenção em manter-se livre, tendo o Município de Ponte da Barca seguido o exemplo pouco tempo depois.

A Coligação Democrática Unitária, presente na Assembleia Municipal de Valença, reunida em sessão Ordinária no Auditório da Biblioteca Municipal , no dia 30 de Junho de 2006,

º Manifesta o seu profundo desagrado pela autorização à introdução no mercado de alimentos de ingredientes alimentares derivados de milho geneticamente modificado.

2º Recomenda à Câmara Municipal de Valença que realize as devidas diligências para aferir da possibilidade de declarar o nosso Município Livre de OGM's, evitando, em parceria com Associações de Agricultores e outras entidades, a introdução de culturas transgénicas no Concelho de Valença.

Valença, 30 de Junho de 2006
O Membro Eleito da CDU